



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

PARECER CONCLUSIVO Nº 001/2024

**APROVA AS CONTAS RELATIVAS AO FUNDO
DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB),
EXERCÍCIO DE 2023.**

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – (CACS/FUNDEB), do Município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, através de seus Membros, em obediência a alínea “d”, do inciso X, do art. 212-A, da Constituição Federal de 1988, considerando o parágrafo único, do art. 31, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e, inciso I, do art. 2º, da Lei nº 1.473, de 26 de março de 2021, bem como, de acordo com a sua competência no acompanhamento e controle social dos recursos do FUNDEB, elaborou o presente Parecer referente à efetiva aplicação dos mesmos no ano exercício de 2023.

1. DAS APRECIÇÕES

Em reuniões realizadas no exercício de 2023, foram analisadas as seguintes documentações:

- Extrato Bancário mensal da conta/corrente e aplicação nº 47248-4, ambas do Banco do Brasil, Agência 2346-9, referente às receitas formadoras deste fundo ITCMD, FPM, FPE, ICMS, IPI, IPVA, ITR e a complementação valor anual total por aluno VAAT;
- Folha de Pagamento de Pessoal;
- Demonstrativos de Execução Financeira;
- Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa.

A partir dos referidos documentos, foi elaborado o Parecer deste Conselho.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS:

1. Que após verificações dos extratos bancários conta/corrente nº 47248-4, Agência 2346-9 Banco do Brasil, observamos o saldo de R\$ 0,00 (s/saldo) em 30 de dezembro de 2022 e de R\$ 0,00 (s/saldo) em 31 de dezembro de 2023, enquanto na conta aplicação saldo de R\$ 43.048,00 (quarenta e três mil e quarenta e oito reais) em 31 de dezembro de



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

2022 e R\$ 6.035,19 (seis mil e trinta e cinco reais e dezenove centavos) em 31 de dezembro de 2023. Nos documentos de empenho do FUNDEB 70% e 30%, disponibilizados no Portal da Transparência/Receitas e Despesas: SEMED_Fundeb 2023, fora constatado que as despesas empenhadas/liquidadas totalizaram R\$ 116.801.564,64 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e um mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), sendo para pagamento de pessoal do magistério e respectivas obrigações patronais o montante de R\$ 87.782.103,03 (oitenta e sete milhões, setecentos e oitenta e dois mil, cento e três reais e três centavos), média de 76,74% e, para pagamento de pessoal técnicos/administrativo da Secretaria de Educação, bem como, obrigações patronais e despesas de custeio R\$ 29.019.461,61 (vinte e nove milhões, dezenove mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavo), média de 23,26%.

2. Na composição da receita anual dos programas federais, acessadas nos Relatórios do sistema de Gestão dos Conselhos (SIGECON/GIGPC), referente ao exercício 2022, cuja prestação de contas foi em 2023, o somatório do saldo reprogramado no montante de R\$2.125.834,00 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, oitocentos e trinta e quatro reais), depósitos automáticos referentes aos recursos federais oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FNDE R\$ 107.966,41 (cento e sete mil, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos), rendimentos de aplicação R\$ 182.825,66 (cento e oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e seis centavos), totalizando receita bruta de R\$ 2.416.626,07 (dois milhões, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e vinte e seis reais e sete centavos). Verificou-se despesas totais de R\$ 61.037,67 (sessenta e um mil, trinta e sete reais e sessenta e sete centavos) e, no encerramento do exercício anual saldo a reprogramar de R\$ 2.355.588,40 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), conforme tabela abaixo:

IMPOSTOS/TRANSFERÊNCIAS							
PROGRAMA	RECURSOS				TOTAL		
AÇÃO	Reprogramado	FNDE	Próprios	Rendimento	Receita	Despesa	Reprogramar
PEJA	224.116,65	0		19.065,27	243.181,92		243.181,92
PNATE	26.610,66	69.585,98		1.895,97	98.092,61	61.037,67	37.054,94
NOVOS	1.817.079,45	38.380,43		155.970,35	2.011.430,23		2.011.430,23
APOIO	58.027,24	0		5.894,07	63.921,31		63.921,31
GERAL	2.125.834,00	107.966,41		182.825,66	2.416.626,07		2.355.588,40

3. No exame das documentações apresentadas constatamos a aplicação dos recursos na melhoria da educação básica, tomando-se como base as orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), ademais, **aprovamos o Parecer Conclusivo favorável às contas do FUNDEB, relativas ao exercício de 2023**, conforme determina as

Casa dos Conselhos
Praça Getúlio Vargas, 120, Casa A – Sede
CEP: 49.160-970 – Nossa Senhora do Socorro



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

legislações vigentes que norteiam sua aplicação,
É o nosso parecer.

Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, 04 de abril de 2024.

LUCIANA DOS SANTOS
Presidente do CACS-FUNDES



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

ATA DA I SESSÃO ORDINÁRIA DE 2024 DO CACS – FUNDEB, para: **1.** Apresentação dos novos representantes do Conselho Tutelar, os senhores: Flávio Ancelmo de Oliveira Santos (Titular) e Márcio Menezes da Conceição (Suplente); **2.** Validação do Parecer Conclusivo do ano de 2023; **3.** Validação das contas do primeiro bimestre de 2024.

01 Ao quarto dia do mês de abril de dois mil e vinte quatro, com primeira chamada às 9 horas e
02 segunda chamada às 9h30, realizou-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de
03 Educação, Centro desta urbe, a primeira sessão ordinária de 2024 do Conselho Municipal de
04 Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
05 e de Valorização dos Profissionais de Educação – CACS FUNDEB, estruturada pela Lei municipal
06 nº 1.473, de 26 de março de 2021, sob a coordenação da Presidente Luciana dos Santos. Aberta
07 a sessão, a Presidente deu boas-vindas a todos os presentes, a saber: Representantes da
08 Secretaria Municipal de Educação – Cleidenilson Pequeno dos Santos e Kelma da Costa e Silva
09 Reinaldo Passos; Representante dos Diretores das Escolas Municipais – Denize Santos de Moraes
10 e a Suplente Tereza Regina Santos Cruz; Representante de Servidores Técnico-administrativos
11 das Escolas Básicas Públicas – Rosemeire Dias Dória; Representantes de Pais de Alunos da
12 Educação Básica Pública - Rosângela Rosa Reis (Titular), Maria José Nunes da Silva (Titular) e
13 Josinete Reis (Suplente); Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública – Tácylla
14 Costa Nascimento (Titular); Representante dos Professores da Educação Básica Pública –
15 Adenilde de Souza Dantas (Titular); Representantes do Conselho Tutelar – Flávio Ancelmo de
16 Oliveira Santos (Titular) e Márcio Menezes da Conceição (Suplente); a Secretária - Iris Virgínia
17 Oliveira Santos e o Diretor do Degaf (Departamento de Gestão Administrativa e Financeira da
18 Secretaria Municipal de Educação) - José Hermógenes Areias Pereira Júnior. A Presidente fez
19 uso da palavra para explicitar que nesta reunião trataríamos sobre o Parecer Conclusivo do ano
20 de 2023 e também sobre a validação das contas do primeiro bimestre de 2024, evidenciando
21 que no decorrer do ano de 2023 as contas sempre foram validadas pela maioria dos
22 conselheiros. Ato contínuo, o Diretor do Departamento de Gestão Administrativa e Financeira,
José Hermógenes Areias Pereira Júnior, começou a apresentar os demonstrativos de despesas
e receitas. Ato contínuo, a conselheira Adenilde Souza Dantas fez uso da palavra para explicar
que durante o ano de 2023, foram feitas as validações bimestrais e não aprovações, visto que



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

23 há uma diferença entre aprovar e validar. A conselheira também externou que durante o ano
24 de 2023, apesar das validações, foram feitas uma série de reivindicações relativas às
25 documentações solicitadas que não foram atendidas a contento como, por exemplo, os
26 extratos bancários do tipo plataforma do Banco do Brasil, que não são enviados, frisando que
27 os extrato simples apresentados não contemplam todas as informações necessárias. Além
28 disso, citou que os comprovantes de pagamentos das Guias de Previdência Social – GPS, bem
29 como as guias de pagamentos, não são enviadas ao conselho. A conselheira informa ainda que
30 em seu lugar são enviadas as informações em uma planilha ou apenas um
31 comprovante de pagamento bancário sem a guia de recolhimento anexa. Sem contar que não
32 fica claro ao conselho qual é a fonte pagadora. A conselheira Adenilde segue dizendo que não
33 são disponibilizadas ao conselho do Fundeb informações sobre os recursos provenientes da
34 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, informações disponibilizadas no Fundeb
35 Estadual e que também precisa ser informada no Fundeb Municipal e que desta forma não
36 temos condições de avaliar o Fundeb como se deve. Ato contínuo, a conselheira Adenilde
37 externou que participou esta semana de uma reunião em Brasília onde ficou claro que muitas
38 prefeituras irão sofrer ações judiciais em decorrência dos pagamentos da parte patronal (22%)
39 previdenciária dentro dos 70% do Fundeb. A conselheira questionou sobre o pagamento da
40 parte patronal do INSS em 2023. Perguntou ao técnico Hermógenes se a parte patronal
41 previdenciária é paga dentro dos 70%, parte destinada ao pagamento dos profissionais da
42 educação ou se é paga com os outros 30% do Fundeb. A conselheira enfatizou que não tem
43 como avaliar as contas porque não tem certeza sobre a fonte pagadora. Apontou ainda que
44 quando observa o Relatório Resumido de Execuções Orçamentárias – RREO consta pagamento
45 de folha e que da última vez que observou a porcentagem foi de 75%. Ato contínuo, a
46 conselheira Adenilde sugeriu o estudo do Manual do Tesouro, visto que é baseado neste
47 manual que a prestação de contas deve ser feita. O senhor Hemógenes Areias confirmou que o
48 pagamento é feito dentro dos 70% em todas as prefeituras do Brasil e a conselheira Adenilde
enfatizou que todas as prefeituras que agem desta forma sofrerão ações na justiça e que terão
que pagar precatórios posteriormente. Ato contínuo, a conselheira solicitou que fosse colocado
no telão novamente o extrato bancário comumente apresentado nas prestações de contas e
mais uma vez pontuou que os pagamentos feitos precisam ser identificados e nem todos estão



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

49 explicitados. A conselheira Adenilde sugeriu a leitura da Constituição Federal nos artigos 212
50 (que trata do MDE) e 212 A (que trata do Fundeb) para confirmar que para cômputo do Fundeb
51 o MDE está inserido e precisa vir para a prestação de contas destes recursos também para que
52 os conselheiros tenham conhecimento. A conselheira Denize Santos de Moraes corroborou com
53 a fala da conselheira Adenilde. O senhor Hermógenes Areias informou que o MDE é um recurso
54 da prefeitura e a conselheira Adenilde rebateu o argumento do senhor Hermógenes,
55 informando que 20% de todo imposto que é retido vai automaticamente para o Fundeb
56 Estadual e que este repassa aos municípios, levando em conta o número de alunos nas redes
57 municipais. As conselheiras Rosemeire Dias Dória e Denize Santos de Moraes, corroboraram
58 com a conselheira Adenilde, explicitando que tiveram esta mesma informação quando
59 estiveram em reunião com o Fundeb estadual. Ato contínuo, a conselheira Kelma Reinaldo fez
60 uso da palavra para corroborar com a conselheira Adenilde Dantas, explicando que uma parte
61 desse MDE é proveniente da distribuição do Fundeb estadual. A conselheira Adenilde assentiu
62 com a fala da conselheira Kelma Reinaldo e acrescentou que é por isto que o MDE precisa entrar
63 na prestação de contas também. Porém, a conselheira Kelma Reinaldo retrucou, dizendo que a
64 lei fala do Fundeb. A conselheira Adenilde rebateu a fala da conselheira Kelma dizendo que o
65 recurso do MDE não é diferente, só a questão da destinação. A conselheira Adenilde, mais uma
66 vez, externou que no Fundeb estadual ela recebe tudo na prestação de contas, inclusive, o Siope
67 e que os conselheiros daqui não recebem. Cobrou mais uma vez que o RREO precisa estar na
68 prestação de contas e sugeriu que os conselheiros precisam participar de uma oficina para
69 receber treinamento sobre a prestação de contas, para que consigam entender as contas. Ato
70 contínuo, a conselheira Adenilde Dantas enfatizou que as colocações dela não busca forçar
71 ninguém, mas visam contribuir para com processo coletivo. Externou mais uma vez que do jeito
72 que as contas são apresentadas ela não aprova, visto que precisa de documentos
73 comprovantes. Ato contínuo, a conselheira Denize de Moraes fez uso da palavra para mais uma
74 vez dizer que todas as informações dadas pela conselheira Adenilde Dantas também foram
passadas pelo presidente estadual do Fundeb, que é uma sugestão dela que sejam feitos
estudos no Fundeb estadual. Ato contínuo, a conselheira Adenilde informou que no extrato
bancário apresentado não consta o CNPJ dos envolvidos nas transações bancárias. O senhor
Hermógenes fez uso da palavra para dizer que em todas as reuniões ele fala a respeito deste



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

75 assunto e que isto é uma questão interna do Banco do Brasil, mas a conselheira Adenilde disse
76 que o banco está errado e que isto tem que ser dito. Ato contínuo, a Presidente Luciana
77 informou que as oficinas para conselheiros tinham iniciado no ano de 2023 e que o cronograma
78 não foi seguido por uma avalanche de acontecimentos que impeditivos, como falecimentos de
79 pessoas próximas, cancelamento por parte do Fundeb estadual, demandas dos técnicos ou
80 compromissos particulares dos conselheiros, e não por uma decisão unilateral. Externou que
81 somos um Conselho, uma coletividade e que nós devemos retomar os estudos. Ato contínuo, a
82 conselheira Denize de Moraes fez uso da palavra para dizer ao senhor Hermógenes que as
83 solicitações propostas ali são fáceis de resolver, como por exemplo a disponibilização do RREO,
84 e aproveitou para parabenizá-lo pelo trabalho que ele já faz, contudo enfatizou que precisa ser
85 melhorado em alguns aspectos. A conselheira Adenilde acrescentou dizendo que o RREO tem
86 que constar em todas as prestações de contas apresentadas pela Semed, bem como todos os
87 documentos já mencionados anteriormente. Ato contínuo, o senhor Hermógenes Areias
88 informou que o CNPJ da Secretaria Municipal de Educação é vinculado ao CNPJ da Prefeitura
89 Municipal de Nossa Senhora do Socorro e que por este motivo a verba do Fundeb entra na
90 conta da Prefeitura, porém a conselheira Adenilde Dantas informou que este sistema é irregular
91 e que a Semed tem que ter CNPJ próprio, visto que é ordenadora de despesa e que de acordo
92 com a lei não se pode ter intermediários. O senhor Hermógenes Areias voltou a falar na conta
93 Fopag, já mencionada em outras reuniões, porém a conselheira Adenilde Dantas rebateu,
94 afirmando mais uma vez que esta situação é irregular mediante o que está exposto na Lei e
95 voltou a dizer que a Semed precisa ter CNPJ próprio. Ato contínuo, a conselheira Adenilde
96 Dantas voltou a falar sobre a necessidade do extrato do tipo plataforma para termos ciência de
97 como o dinheiro está sendo utilizado com clareza, tendo a informação do CNPJ dos envolvidos.
98 A conselheira Adenilde Dantas disse ainda que nós, enquanto conselheiros do Fundeb,
99 deveríamos nos reunir com a Secretária Municipal de Educação para solicitar que a Semed
100 tenha CNPJ próprio e se desligue dessa situação de o dinheiro entrar na conta da Prefeitura e
ser utilizado como "diversos". Ato contínuo, a presidente Luciana tomou a palavra para dizer
que a discussão estava entrando em looping, ou seja, se repetindo em fatos já abordados, e se
comprometeu a ir pessoalmente ao Banco do Brasil para solicitar o extrato plataforma. O
senhor Hermógenes Areias retomou a palavra para dizer que não há nada de ilegal na forma



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

101 apresentada e a conselheira Rosângela Reis retrucou, dizendo que não está da forma que o
102 Fundeb exige por lei e que precisa ser revisto. A presidente Luciana se comprometeu a ir ao
103 Banco do Brasil e o senhor Hermógenes se propôs a acompanhá-la. Ato contínuo, a presidente
104 Luciana tomou a palavra para apresentar os novos conselheiros, se desculpando por não tê-lo
105 feito no início da reunião, os demais conselheiros se apresentaram, bem como os novatos
106 também. Ato contínuo, o conselheiro Representante Titular do Conselho Tutelar, Flávio
107 Ancelmo, perguntou de quanto tempo seria o mandato deles, que estão entrando para
108 complementar o mandato dos que saíram recentemente. Ato contínuo, a presidente Luciana
109 retomou a pauta sobre a aprovação do Parecer Conclusivo 2023 e solicitou que o senhor
110 Hermógenes Areias apresentasse novamente no telão a despesa e a receita validadas
111 bimestralmente, informando também que todos receberam os demonstrativos impressos e
112 que, pela lógica, se as contas foram validadas bimestralmente, o parecer conclusivo também
113 seria favorável. Ato contínuo, a conselheira Adenilde Dantas voltou a lembrar que todos os
114 demonstrativos, as atas de reunião, todos os documentos devem estar no site do Fundeb. A
115 conselheira Kelma Reinaldo informou que já existe o link e que precisa ser alimentado. A
116 conselheira Adenilde fez a leitura do documento de um artigo da Resolução 351 do Tribunal de
117 Contas, artigo 40, parágrafo 1º, que versa sobre a transparência e registro contábeis e elencou
118 toda a documentação que deve constar no site do Fundeb: demonstrativo de despesa e
119 receita, atas de reuniões, Siope, RREO, comprovantes de pagamento de água, energia,
120 contratos, detalhamento das receitas resultantes dos depósitos de transferências,
121 detalhamento das despesas de Fundeb, incluindo a complementação da União: VAAR, VAAT e
122 VAAF, as despesas com pagamento dos profissionais de educação, o controle de utilização dos
123 recursos do exercício subsequente, as despesas com ações típicas de MDE. Ato contínuo,
124 elencou também o que versa no artigo 40 parágrafo segundo: as informações e os dados
125 contábeis, orçamentários e fiscais disponibilizados pelo estado e pelos municípios, conforme
126 previsto no Artigo 163A da Constituição Federal, deverão conter os detalhamentos
relacionados ao Fundeb e ao MDE e serão divulgados em meio eletrônico de amplo acesso
público, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pela STN. Com base na
leitura do texto, a conselheira Adenilde Dantas fez novamente o questionamento do porque
não ser disponibilizados os dados do MDE. Ato contínuo, a conselheira Adenilde Dantas, mais



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

127 uma vez, explicitou que a necessidade de ter acesso ao MDE é uma questão legal, ressaltando
128 que não tem como aprovar as contas sem ter este acesso. Ato contínuo, a presidente Luciana
129 fez uso da palavra para retomar novamente a questão da validação bimestral das contas, feita
130 por este Conselho durante o decorrer de 2023, onde houve a validação pela maioria dos
131 conselheiros e sendo assim, não tem como não aprovar as contas que já foram validadas. A
132 conselheira Adenilde Dantas rebateu a fala, dizendo que é possível sim, visto que a validação é
133 uma etapa e a aprovação é outra. A presidente Luciana exemplificou, lembrando que tudo o
134 que foi apontado como falha foi levado ao Gabinete da Secretária e que muitas pendências
135 foram resolvidas, porém reconhece que muito ainda tem para se corrigir e que será corrigido,
136 e que por esta razão não vê problema em aprovar o Parecer e, feito isto, abriu a votação para
137 aprovação ou reprovação das contas de 2023 e da validação das contas do primeiro bimestre
138 de 2024. Votaram pela aprovação os conselheiros Kelma da Costa e Silva Reinaldo Passos, Maria
139 José Nunes da Silva, Cleidenilson Pequeno dos Santos e Luciana dos Santos. Votaram pela
140 reprovação as conselheiras Adenilde de Souza Dantas, Rosângela Rosa Reis e Rosemeire Dias
141 Dória. Se abstiveram os conselheiros Flávio Ancelmo Santos Oliveira, Tácylla Costa Nascimento
142 e Denize Santos de Moraes. Sendo assim, o Parecer Conclusivo 2023 foi aprovado e as contas
143 do primeiro bimestre de 2024 foram validadas. Ato contínuo, a conselheira Denize de Moraes
144 justificou sua abstenção em face de não ter tido alguns esclarecimentos. Ato contínuo, a
145 conselheira Adenilde Dantas justificou que reprovava as contas por entender que houve
146 problemas de falta de informação em decorrência de documentação insuficiente para análise,
147 também por não concordar com a conta Fopag, por não concordar com a forma que alguns
148 pagamentos aparecem no extrato bancário, figurando apenas como “diversos” que lhe geram
149 dúvidas, justificou ainda que é necessário ter o extrato do MDE e que os conselheiros não
150 tiveram acesso, por falta das informações no site e também porque não concorda que a
151 Secretaria Municipal de Educação não tenha um CNPJ próprio e não faz o pagamento direto na
152 conta dos servidores, sendo transferido para uma conta Fopag à qual já foi dito em diversas
reuniões que não é a forma correta, sendo que a legislação vigente diz que os pagamentos
devem sair da conta origem para a conta de pagamento, sem intermediários. Dando
continuidade a sua justificativa, a conselheira Adenilde Dantas falou que não apreciou as contas
do MDE por falta de documentações, mas que vê nas escolas os problemas, como por exemplo



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

153 o calor excessivo nas "forno escolas", visto que os nossos estudantes estão padecendo com a
154 onda de calor com sensação de quase 50 graus, e comparou com o calor das secretarias
155 escolares, que já são quentes, mas que nas salas de aula o calor é imensurável, e que no turno
156 da tarde a situação piora. Ato contínuo, a conselheira Adenilde Dantas justificou ainda que há
157 um número muito alto de contratados, de CCs, de contratos, de empresas, como por exemplos,
158 empresas que lotam copeiros nas escolas. Disse ainda que ao ver dela, o dinheiro da educação
159 não está sendo bem gerido em algumas situações. A conselheira Adenilde Dantas enfatizou que
160 por estas razões ela reprova a prestação de contas do Fundeb e reiterou que a Secretaria de
161 Educação precisa rever a questão do CNPJ imediatamente, pois a Semed não tem obrigação de
162 enviar o pagamento para a prefeitura, mas que tem que efetuar o pagamentos dos impostos.
163 Disse ainda que o Conselho do Fundeb precisa se estruturar no que diz respeito ao site. Ato
164 contínuo, a conselheira Rosemeire Dias Dória justificou o seu voto reprovando as contas tendo
165 em vista que muitas coisas que foram cobradas para serem solucionadas durante todo o ano
166 passado ainda não tiveram resposta, nem foram esclarecidas. Ato contínuo, o senhor
167 Hermógenes Areias esclareceu que o CNPJ da Semed funciona como uma filial do CNPJ da
168 prefeitura, e a conselheira Adenilde Dantas voltou a explicar todos os motivos pelos quais o
169 problema do CNPJ precisa ser resolvido e não pode ficar vinculado ao da prefeitura. Ato
170 contínuo, a conselheira Adenilde Dantas retomou a discussão sobre o chão da escola e as
171 necessidades em sala de aula, falando novamente sobre as dificuldades climáticas e a
172 representante dos estudantes, conselheira Tácylla Costa corroborou, compartilhando a rotina
173 da sua irmã menor, estudante da Escola Municipal João Garcez, que comumente se queixa em
174 casa que não conseguiu assimilar os conteúdos estudados por conta do calor, que gera
175 impaciência e ansiedade. A conselheira Tácylla Costa também dividiu com os presentes que o
176 seu irmão, que também já foi estudante da mesma escola, teve o desenvolvimento escolar
177 prejudicado por conta das frequentes paradas nas aulas por questões de chuva, por falta
178 d'água, deu exemplo também do telhado da Escola Municipal Manoel de Jesus Silva, que caiu.
Enfatizou que todos esses fatores prejudicam demais a aprendizagem dos alunos. Disse ainda
que visita a escola reiteradamente, visto que tem irmãos e primos lá e vê essas situações,
inclusive de salas de aula com 47 alunos. A conselheira Luciana dos Santos corroborou com a
fala da conselheira Tácylla Costa, dizendo que são questões às quais não temos como fechar os

7



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

179 olhos. Ato contínuo, em relação ao calor, a conselheira Luciana dos Santos externou que as
180 escolas também recebem verbas, a exemplo do Programa de Repasses de Recursos Financeiros
181 às Escolas – Prefe, que podem ser usadas na aquisição de ventiladores e aparelhos de ar
182 condicionado. Disse ainda que tem algumas escolas com um montante equivalente a R\$
183 100.000,00 (cem mil reais) em conta e que parte desta verba pode ser usada em materiais de
184 capital, ou seja, de uso permanente. Solicitou aos presentes que retomassem o cronograma de
185 visita às escolas, para que seja observada a situação de superlotação de salas e da falta de
186 equipamentos. Ato contínuo, o suplente de representante do Conselho Tutelar, Márcio
187 Menezes, indagou sobre como está a situação dos alunos que precisam de cuidador, se estes
188 cuidadores estão sendo contratados e a conselheira Luciana dos Santos informou que sim, mas
189 que a necessidade ainda não foi sanada porque não se encontra mão de obra, visto que há
190 poucas pessoas interessadas em ser apoio escolar. O conselheiro então externou que fez a
191 matrícula de uma criança de 12 anos que vivia em cárcere privado porque os pais tinham receio
192 de mandá-la para a escola, e ela ainda não começou a frequentar por falta de cuidador. Disse
193 ainda que fez uma visita à Escola Municipal Santa Terezinha e percebeu uma criança que estava
194 “passeando” pela escola e a diretora lhe disse que ela não ficava na sala porque não tinha
195 cuidador. A conselheira Rosangela Reis perguntou se a criança tinha laudo, porque para
196 conseguir o cuidador é necessário ter um laudo. O conselheiro Márcio Menezes informou que
197 a questão do laudo também é um problema, visto que não se encontra neuro pediatra para
198 atender a demanda, que é grande. A conselheira Kelma Reinaldo informou que não há
199 necessidade do laudo, sendo necessário apenas que a direção da escola sinalize para a equipe
200 de inclusão para que esta equipe possa fazer os encaminhamentos necessários. Ato contínuo,
201 a conselheira Adenilde Dantas solicitou o uso da palavra para explicar qual é a finalidade do
202 Cacs Fundeb e o que cabe aos conselheiros de fato, que é fazer a análise das contas, em alguns
203 casos fazer um parecer ou indicativos à gestão, porque se fiscalizar e apontar onde “a torneira
204 está aberta”, sobra-se dinheiro e é possível se fazer um planejamento estratégico para resolver
os problemas. Continuou sua fala dizendo que existem escolas com pouco efetivo de
funcionários, mas em contrapartida há escolas com servidores em demasia. Disse ainda que na
própria Secretaria de Educação ela ouve por parte de alguns servidores que há tanto estagiário
que eles ficam sem ter o que fazer. Por outro lado, continua a conselheira, estamos passando



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

205 por um problema climático e que os últimos três anos tem ficado insuportável. Retomando o
206 assunto da verba do Prefe, ela informou que o gestor da Escola Municipal Major João Teles
207 utilizou a verba para comprar dois aparelhos de ar condicionado, tendo colocado um na
208 secretaria da escola e o outro na sala dos professores, que é também sala de vídeo e que o
209 agendamento para atividades na sala de vídeo aumentou por conta do ar condicionado. A
210 conselheira fez esta ilustração para dizer que se houver um planejamento de gastos, os
211 problemas poderão ser solucionados. Deu continuidade dizendo há escolas que terão condições
212 de comprar alguns aparelhos de ar condicionado, mas outras não terão esta condição. Informou
213 ainda que para este ano de 2024, a Secretaria Municipal de Educação receberá uma verba de
214 mais ou menos R\$ 139.000.000,00 (cento e trinta e nove milhões de
215 reais) só de Fundeb e de complementação da União, sem falar em MDE. Ou seja, se a Secretaria
216 Municipal de Educação se organizar terá condições de climatizar as escolas, porém há um
217 detalhe: existe o problema da rede de energia que não comporta tantos aparelhos de ar
218 condicionado ligados, citando o caso da Escola Municipal João Paulo II, que está com tudo
219 pronto, mas emperrada por conta da Energisa . A conselheira Adenilde Dantas reconhece que
220 no geral, a gestão teve avanços, mas que ainda há muita falta de estrutura nas escolas e que a
221 gestão pode priorizar a climatização e ampliação das escolas, diminuindo o número de
222 contratos. Indicou ainda que o Cacs Fundeb poderia ter saído com um parecer informando que
223 verificamos que o uso do Fundeb e do MDE está sendo usado com contratos em demasia, e que
224 o elevado número de contratos podem ser reduzido. A conselheira Denize de Moraes pediu a
225 fala para justificar novamente a sua abstenção, pois ela acredita que o motivo que deu tenha
226 ficado vago e ela acrescentou que não tem o embasamento que a conselheira Adenilde Dantas
227 tem, pois esta pertence a um conselho maior, onde alguns presentes, tiveram a oportunidade
228 de participar de uma reunião, no Conselho Estadual do Fundeb. A conselheira Denize de Moraes
229 também sugeriu que os demais fossem ao Fundeb Estadual em busca de conhecimento. Dando
230 continuidade a sua fala, a conselheira Denize de Moraes passou a falar sobre os recursos das
escolas e que, como a conselheira Luciana colocou, é sabido que existem escolas que tem um
valor significativo de recurso em caixa e não faz uso, porém ela, enquanto gestora, usa a verba
de forma célere, convocando o Conselho Escolar e fazendo as ações necessárias, informando
as necessidades da escola e o valor do dinheiro na conta. Complementou dizendo que nas



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

231 visitas que faremos às escolas poderemos ver a situação das escolas em relação a materiais e
232 externou sua indignação por saber que alguns gestores não executam a verba, não utilizam e
233 juntam de um exercício para outro. Externou ainda que mesmo que ela compre três
234 ventiladores para cada sala não resolverá o problema da Escola Diva Maria Corrêa, a qual ela é
235 gestora. Informou que esteve na Escola Municipal José do Prado Franco Sobrinho e observou
236 que na referida escola tem o espaço para os aparelhos de ar condicionado e uma janelinha
237 pequena e pensou que, se na Escola Municipal Diva Maria Corrêa, onde cada sala tem uma
238 porta e duas janelas, o calor é grande, imagine na Escola Municipal José do Prado Franco.
239 Enfatizou que concorda com a conselheira Adenilde Dantas quando ela diz que se a gestão
240 tivesse contratado menos, teria condições de climatizar todas as escolas. A conselheira
241 Adenilde Dantas fez uso da palavra para externar que não disse que algumas contratações não
242 eram necessárias, porém, acredita que aconteceram em excesso. Ato contínuo, a conselheira
243 Denize de Moraes continuou seu discurso dizendo que as pessoas não querem trabalhar como
244 cuidadores porque o salário não é atrativo, visto que o valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos
245 reais) baixou para R\$ 1.000,00 (mil reais) e a conselheira Adenilde Dantas rebateu dizendo que
246 baixou porque é estágio e ninguém paga salário mínimo num estágio. A conselheira Denize de
247 Moraes retrucou sabendo que tem ciência disto, mas que R\$ 300, 00 (trezentos reais) é dinheiro
248 e faz falta, principalmente para quem ganha pouco e, nesta situação, o estagiário que consegue
249 um emprego com salário um pouco maior automaticamente deixa o estágio. Externou ainda
250 que na Escola Municipal Diva Maria Corrêa existem 62 alunos com laudo e uma faixa de 30
251 alunos sob investigação. Falou que está apreensiva porque o contrato de vários cuidadores está
252 findando e que a falta desses servidores causará transtorno dentro da escola. Durante a fala da
253 conselheira Denize de Moraes, a Secretária Municipal de Educação, Professora Josevanda
254 Franco entrou na sala para cumprimentar os conselheiros e disponibilizou o espaço da Sala de
255 Reuniões da Semed para o uso do Cacs Fundeb sempre que for preciso. A conselheira Adenilde
256 Dantas, agradeceu a presença da Secretária Municipal de Educação, dizendo que a presença
dela foi providencial, visto que hoje tratamos da prestação de contas do ano de 2023, e que
alguns pontos haviam sido levantados durante todo o ano passado, como as documentações
que são necessárias para a análise das contas e que não são enviadas, e que inclusive agora a
pouco estava mostrando o seu e-mail à presidenta Luciana dos Santos, e que recebe todos os



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

257 documentos como ordens bancárias, MDE, ou seja, não recebe somente Fundeb para analisar.
258 Informou também sobre a necessidade de a Semed ter um CNPJ próprio, como a rede estadual
259 tem, pois é ordenadora de despesas. Informou que a conta de origem deve transferir o
260 pagamento para a conta pagadora, sem fazer uso de conta Fopag. Que a Semed deve ter seu
261 próprio CNPJ e ela mesma transferir o pagamento para a conta pagadora, sem intermediação
262 da Prefeitura. Continuou dizendo que com relação aos extratos, há problemas de falta de
263 informação de CNPJ, com transferências da Semed para a Prefeitura identificadas apenas como
264 “Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro diversos”. A conselheira Adenilde Dantas também
265 elogiou o trabalho que é feito pelo senhor Hermógenes Areias, porém enfatizou que há
266 informações que faltam chegar como, por exemplo, o extrato do MDE. Em face do exposto, a
267 conselheira Adenilde Dantas aproveitou o ensejo e em nome do Cacs Fundeb, solicitou à
268 Secretária Municipal de Educação, que veja a necessidade da criação de um CNPJ especial para
269 a Semed, para que assim seja possível fazer os pagamentos sem a intermediação de uma conta
270 Fopag. A professora Josevanda Franco solicitou então que o Cacs Fundeb faça a solicitação via
271 Ofício, para que uma estrutura processual seja feita e que possa percorrer os caminhos que
272 são necessários da forma legal. Ato contínuo, a conselheira Rosa Reis solicitou a palavra e
273 perguntou à Secretária Municipal de Educação o que está faltando para se ter polícia ostensiva
274 dentro das escolas e a Professora Josevanda Franco respondeu que não se pode ter polícia
275 ostensiva dentro da escola. A conselheira Rosângela Reis retrucou, dizendo que o que não pode
276 é ter criança sendo esfaqueada dentro da escola e que a violência está dentro das escolas. Disse
277 inclusive que observa o ambiente escolar da Escola Municipal José do Prado Franco, onde seu
278 neto estuda, e já presenciou a coordenadora com medo dos adolescentes porque estes ficam
279 ameaçando os professores. Disse ainda que irá começar a responsabilizar a Secretaria Municipal
280 de Educação por toda a violência que acontecer dentro da escola. A Professora Josevanda
281 Franco esclareceu que não há a menor possibilidade de ter a presença ostensiva da polícia
282 dentro da escola porque a força ostensiva não pode atuar contra adolescentes e crianças,
porém a conselheira Rosângela Reis rebateu dizendo que a polícia não atuaria contra as
crianças, porém iria coibir e levar os alunos a pensarem mais antes de agir. A Professora
Josevanda Franco informou que o entendimento de Dona Rosângela Reis não é o indicado e
que a saída para a violência nas escolas não é a segurança ostensiva. Informou ainda que para



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

283 a Rede Municipal de Educação está tramitando a contratação de uma Empresa de Segurança
284 Especializada para as escolas, mas ostensiva, jamais. A professora Josevanda Franco disse ainda
285 que entendia a preocupação da conselheira Rosangela Reis, mas pedagogicamente o espaço
286 escolar precisa ser garantido para a pedagogia. A Professora Josevanda Franco deu o exemplo
287 das escolas americanas, que têm todo tipo de aparato de segurança ostensiva e que continuam
288 sendo violadas. Disse ainda que infelizmente a violência é algo inerente aos seres humanos e
289 que onde tiver ser humano estamos expostos à violência, e que a situação da adolescente que
290 foi esfaqueada na escola não poderia ser evitada com policiamento ostensivo. A conselheira
291 Rosangela Reis retrucou, dizendo que é preciso ter revista nas escolas. A conselheira Luciana
292 dos Santos fez uso da palavra e disse que o Presidente da República já se colocou de forma
293 contrária à revista de estudantes nas escolas, e externou sua opinião, dizendo que o que resolve
294 é pai e mãe olhar a pasta dos filhos e que somente eles podem fazer isto, porque se a escola
295 fizer é considerado constrangimento. Após este momento a Professora Josevanda Franco se
296 despediu de todos e se retirou da sala, visto que tinha outro compromisso. O conselheiro
297 Márcio Menezes fez uso da palavra para dizer que tudo se resume à educação, e que seria
298 interessante trazer de volta para as escolas o Proerd – Programa Educacioanl de Resistência às
299 Drogas, como também projetos contra violência, projetos sobre sexualidade e religião. A
300 conselheira Adenilde Dantas informou que as escolas têm aulas de ensino religioso, mas de
301 religião não, porque o estado é laico. A conselheira Luciana dos Santos informou que o Proerd
302 estará de volta em breve. O conselheiro Márcio Menezes informou que o Conselho Tutelar tem
303 propostas de projetos para juntar com a Educação em prol das crianças, adolescentes e dos
304 pais, trabalhando não somente sobre violência mas também trazendo projeto sobre
305 afetividade. Ato contínuo, a conselheira Denize de Moraes solicitou a conclusão da sua fala
306 sobre a necessidade de cuidadores nas escolas e que infelizmente não tem aparecido pessoas
307 interessadas. A conselheira Denize de Moraes disse ainda que as escolas recebem visitas da
308 equipe de inclusão e que inclusive a Técnica Andrea Almeida passou uma tarde inteira na escola
onde é gestora, avaliando aluno por aluno e situação por situação. A conselheira Denize de
Moraes externou que ainda tem alunos em casa e novos chegando, e que recebeu a orientação
para dar prioridade aos alunos que ainda estão em casa. Ato contínuo, a conselheira Denize de
Moraes falou novamente que tem muitos cuidadores próximos de terminar o contrato e outros



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

309 que estão com cinco ou seis alunos com deficiência ao mesmo tempo e que esta logística foi
310 organizada pela Técnica Andrea Almeida. Ato contínuo, reportou o fato sobre o aluno com
311 deficiência circulando pela escola e que considera muito grave e muito triste ter alunos com
312 necessidades especiais na escola sem cuidador. Ato contínuo, a conselheira Denize de Moraes
313 falou sobre uma professora da escola na qual é gestora, dizendo que esta professora tem um
314 aluno com um grau de deficiência severa, numa turma com 26 alunos, e que o aluno com a
315 deficiência num grau severo é agressivo, não fica em sala de aula, que ela própria e outros
316 servidores já foram agredidos por este aluno. Que este aluno foi incluído numa sala que já tinha
317 25 alunos e que quando a professora sai da sala para correr atrás do aluno com deficiência
318 severa ela exclui 25 alunos, ou seja, é uma inclusão e exclusão ao mesmo tempo, e isto incorre
319 em vários problemas, fora o problema do calor, as escolas estão passando por vários problemas
320 ao mesmo tempo. Ato contínuo, a conselheira Denize de Moraes externou que está preocupada
321 por conta dos cuidadores que vão sair pelo término do contrato, e que não sabe como a escola
322 onde é gestora irá ficar, embora as pessoas achem que tem muitos servidores e que ela sabe
323 que em algumas escolas tem muitos servidores, e que por vezes ela vai até a Semed e encontra
324 servidores novatos que ela não conhece e que há muita contratação sem se ver o outro lado.
325 Ato contínuo, a conselheira Denize de Moraes continuou a fala dela dizendo que com relação
326 aos problemas com a Energisa, ela já passou por situação semelhante por queda de energia ao
327 ligar vários aparelhos ao mesmo tempo quando era gestora da Escola Municipal Major João
328 Teles, e que de forma pessoal fez um documento, chamou um técnico por conta própria e pediu
329 um laudo com as necessidades, levou até a Energisa e conseguiu solucionar o problema. Ato
330 contínuo, informou que não sabe como é o trâmite hoje, mas que naquela ocasião ela
331 conseguiu que a Energisa mudasse a fase da energia. Ato contínuo, disse que os problemas do
332 calor e outros mais irão perdurar. Ato contínuo, falou sobre a não obrigação de se ter um laudo
333 para alunos com deficiência, informada pela conselheira Kelma Reinaldo, facilitaria as coisas e
334 a conselheira Adenilde Dantas questionou como saber, primeiro, se não há um diagnóstico
fechado sobre o aluno, como o professor saberá como trabalhar com este aluno, segundo, há
situações onde o aluno terá necessidade de um acompanhamento só para ele, dessa forma
como justificar sem um laudo. A conselheira Kelma Reinaldo explicou que a avaliação é
pedagógica e o laudo é uma avaliação clínica, e que a Secretaria oferta o acompanhamento



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

335 pedagógico e que nós não podemos exigir que os pais apresentem um laudo para que o aluno
336 seja incluído. Ato contínuo, a conselheira Adenilde Dantas externou que é justamente por conta
337 disso que deveria existir parcerias entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde,
338 porque se não temos um laudo fechado e as técnicas da Semed não podem fechar laudo mesmo
339 fazendo avaliação, é necessário um diagnóstico médico, visto que os professores não têm essa
340 condição. A conselheira Kelma Reinaldo informou que os professores podem apontar os
341 indícios de que o aluno precisa de atendimento. A conselheira Rosangela Reis fez uso da fala
342 para dizer que a psiquiatra do seu neto solicitou uma avaliação por parte da escola e que na
343 Escola Municipal Leonel Brizola, a professora de AEE Maria José deixou de atender ao neto dela
344 por não saber como trabalhar com ele. Ato contínuo, a conselheira Rosangela Reis externou
345 ainda que agora em 2024 ela tornou a pedir um relatório do comportamento dele, externou
346 também que o neto não tem hormônio, que é muito pequenininho e não pode andar num
347 ônibus convencional e que foi informada pela Técnica que é necessário um laudo da psicóloga
348 para conseguir ser transportado pela van com o cuidador dentro. A conselheira Kelma Reinaldo
349 fez uso da palavra para explicar que a conselheira Rosangela Reis estava falando de duas coisas
350 diferentes e que não falou que não é necessário o laudo clínico e que a psiquiatra que
351 acompanha seu neto está solicitando um relatório pedagógico da escola. A conselheira
352 Rosangela Reis tornou a assegurar que a Técnica Andrea Almeida solicitou um laudo. Tendo em
353 vista tudo o que foi exposto, a conselheira Kelma Reinaldo solicitou à presidenta que a técnica
354 em questão seja convocada para a próxima sessão ordinária, a fim de prestar esclarecimentos
355 sobre a situação. A conselheira Adenilde Dantas fez uso da palavra e enfatizou que a matrícula
356 não pode ser negada, que o professor percebendo a necessidade do aluno informa à direção, a
357 escola aciona a Semed para que um profissional seja enviado até a escola para fazer a
358 observação e prover os meios para que o diagnóstico desse aluno seja fechado, e isto é feito
359 por um neuro ou um psiquiatra. Sendo assim, a Secretaria de Educação, por meio das
360 assistentes sociais precisam fechar parcerias com a Secretaria de Saúde. Tendo em vista o
horário avançado, a presidenta Luciana fez uso da palavra para dizer que a técnica responsável
pelo setor de inclusão será convidada a comparecer na próxima sessão ordinária, ao tempo que
agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

360 Secretária: Sra. Virginia D. Santos



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO
E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE
EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – CACS FUNDEB

361	Presidente: <u>Duciana dos Santos</u>
362	Conselheiros (as): <u>Flávio Azevedo de Oliveira Costa</u>
363	<u>Maria Gorel Nunes da Silva</u>
364	<u>Zosinete Resende</u>
365	<u>Adenildo de Souza Santos</u>
366	<u>Denize Santos de Moraes</u>
367	<u>Taíella Costa Nascimento</u>
368	<u>Rosângela Bezerra</u>
369	<u>Yasminere Dias Dória</u>
370	<u>Deroca Regina Santos Cruz</u>
371	<u>Márcio Junqueira da Conceição</u>
372	
373	
374	
375	
376	Convidado(s):
377	
378	